Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 8

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 14

Demonstração do Fluxo de Caixa 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020 16

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019 17

Demonstração do Valor Adicionado 18

Comentário do Desempenho 19

Notas Explicativas 24

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 42

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 44

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 46

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 47

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	122.171
Preferenciais	225.863
Total	348.034
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,72661
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,79928

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	11.031.687	10.106.102
1.01	Ativo Circulante	551.008	552.873
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	197.484	199.535
1.01.03	Contas a Receber	353.338	353.338
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	353.338	353.338
1.01.03.02.01	Juros sobre Capital Próprio a Receber	353.338	353.338
1.01.07	Despesas Antecipadas	186	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.480.679	9.553.229
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	171.247	206.740
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	171.247	206.740
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	7.858	7.805
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	163.389	198.935
1.02.02	Investimentos	10.308.393	9.345.417
1.02.03	Imobilizado	98	105
1.02.04	Intangível	941	967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	11.031.687	10.106.102
2.01	Passivo Circulante	276.072	314.389
2.01.03	Obrigações Fiscais	129	38.589
2.01.05	Outras Obrigações	275.943	275.800
2.01.05.02	Outros	275.943	275.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	248.000	246.886
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	27.875	28.848
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	68	66
2.02	Passivo Não Circulante	233.261	230.858
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	225.395	223.017
2.02.01.02	Debêntures	225.395	223.017
2.02.02	Outras Obrigações	923	940
2.02.02.02	Outros	923	940
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	923	940
2.02.04	Provisões	6.943	6.901
2.03	Patrimônio Líquido	10.522.354	9.560.855
2.03.01	Capital Social Realizado	4.100.000	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.106.573	2.106.573
2.03.04.01	Reserva Legal	227.610	227.610
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.878.963	1.878.963
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.756	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.262.025	3.354.282

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	52.050	-360.322
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.992	-2.675
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-190	-490
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-190	-452
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	-38
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	55.232	-357.157
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.050	-360.322
3.06	Resultado Financeiro	1.706	6.060
3.06.01	Receitas Financeiras	4.128	9.699
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.422	-3.639
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.756	-354.262
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-829
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	53.756	-355.091
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	53.756	-355.091
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,14504	-0,95810
3.99.01.02	PN	0,15955	-1,05391
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,14504	-0,95810
3.99.02.02	PN	0,15955	-1,05391

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	53.756	-355.091
4.02	Outros Resultados Abrangentes	907.743	57.092
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	907.743	57.092
4.03	Resultado Abrangente do Período	961.499	-297.999

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.043	63.443
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.209	3.486
6.01.01.01	Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	53.756	-354.262
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-55.232	357.157
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	301	-23
6.01.01.07	Outros	-34	614
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-834	59.957
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	38.642	104.488
6.01.02.02	(Redução) em Outras Obrigações	-39.416	-44.337
6.01.02.05	Impostos de Renda e Contribuição Social Pagos	-60	-194
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8	-194.666
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-8	-194.666
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.051	-131.223
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	199.535	458.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	197.484	327.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.756	907.743	961.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.756	0	53.756
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	907.743	907.743
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	907.743	907.743
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.106.573	53.756	4.262.025	10.522.354

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-355.091	57.092	-297.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-355.091	0	-355.091
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	57.092	57.092
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	57.092	57.092
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.779.080	-355.091	3.137.856	9.661.845

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-675	-1.123
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-453	-862
7.02.04	Outros	-222	-261
7.02.04.01	Outras Despesas Gerais	-222	-261
7.03	Valor Adicionado Bruto	-675	-1.123
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-675	-1.123
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.360	-347.458
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	55.232	-357.157
7.06.02	Receitas Financeiras	4.128	9.699
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	58.685	-348.581
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	58.685	-348.581
7.08.01	Pessoal	2.059	1.400
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	448	1.471
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.422	3.639
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	53.756	-355.091
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.756	-355.091

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	11.031.687	10.106.102
1.01	Ativo Circulante	553.142	554.523
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	199.618	201.185
1.01.03	Contas a Receber	353.338	353.338
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	353.338	353.338
1.01.03.02.01	Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber	353.338	353.338
1.01.07	Despesas Antecipadas	186	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.478.545	9.551.579
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	171.247	206.740
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	171.247	206.740
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	7.858	7.805
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	163.389	198.935
1.02.02	Investimentos	10.306.259	9.343.767
1.02.03	Imobilizado	98	105
1.02.04	Intangível	941	967

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	11.031.687	10.106.102
2.01	Passivo Circulante	276.072	314.389
2.01.03	Obrigações Fiscais	129	38.589
2.01.05	Outras Obrigações	275.943	275.800
2.01.05.02	Outros	275.943	275.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	248.000	246.886
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	27.875	28.848
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	68	66
2.02	Passivo Não Circulante	233.261	230.858
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	225.395	223.017
2.02.01.02	Debêntures	225.395	223.017
2.02.02	Outras Obrigações	923	940
2.02.02.02	Outros	923	940
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	923	940
2.02.04	Provisões	6.943	6.901
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.522.354	9.560.855
2.03.01	Capital Social Realizado	4.100.000	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	2.106.573	2.106.573
2.03.04.01	Reserva Legal	227.610	227.610
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.878.963	1.878.963
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.756	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.262.025	3.354.282

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	51.566	-360.340
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.992	-2.675
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-190	-490
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-190	-452
3.04.05.02	Outras Depesas Operacionais	0	-38
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.748	-357.175
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.566	-360.340
3.06	Resultado Financeiro	2.190	6.078
3.06.01	Receitas Financeiras	4.612	9.717
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.422	-3.639
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.756	-354.262
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-829
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	53.756	-355.091
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	53.756	-355.091
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	53.756	-355.091
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,14504	-0,95810
3.99.01.02	PN	0,15955	-1,05391
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,14504	-0,95810
3.99.02.02	PN	0,15955	-1,05391

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	53.756	-355.091
4.02	Outros Resultados Abrangentes	907.743	57.092
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	907.743	57.092
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	961.499	-297.999
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	961.499	-297.999

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.559	63.461
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-725	3.495
6.01.01.01	Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	53.756	-354.262
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-54.748	357.175
6.01.01.04	Juros, Variações Monetárias, Líquidas	301	-32
6.01.01.07	Outros	-34	614
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-834	59.966
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	38.642	104.497
6.01.02.02	(Redução) em Outras Obrigações	-39.416	-44.337
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-60	-194
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8	-194.666
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-8	-194.666
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.567	-131.205
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	201.185	459.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	199.618	328.606

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.756	907.743	961.499	0	961.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.756	0	53.756	0	53.756
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	907.743	907.743	0	907.743
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	907.743	907.743	0	907.743
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.106.573	53.756	4.262.025	10.522.354	0	10.522.354

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844	0	9.959.844
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.779.080	0	3.080.764	9.959.844	0	9.959.844
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-355.091	57.092	-297.999	0	-297.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-355.091	0	-355.091	0	-355.091
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	57.092	57.092	0	57.092
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	57.092	57.092	0	57.092
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.779.080	-355.091	3.137.856	9.661.845	0	9.661.845

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-675	-1.123
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-453	-862
7.02.04	Outros	-222	-261
7.02.04.01	Outras Despesas Gerais	-222	-261
7.03	Valor Adicionado Bruto	-675	-1.123
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-675	-1.123
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.360	-347.458
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.748	-357.175
7.06.02	Receitas Financeiras	4.612	9.717
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	58.685	-348.581
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	58.685	-348.581
7.08.01	Pessoal	2.059	1.400
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	448	1.471
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.422	3.639
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	53.756	-355.091
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.756	-355.091

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado	1T20	1T19	Var %
Equivalência Patrimonial	54.748	(357.175)	-
Receita Operacional	54.748	(357.175)	-
Despesas de Pessoal	(2.241)	(1.514)	48,0%
Despesas Tributárias	(190)	(452)	-58,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(751)	(1.161)	-35,3%
Outras Despesas Operacionais	-	(38)	-
Receitas / Despesas Financeiras	2.190	6.078	-64,0%
Resultado Operacional antes do IR/CS	53.756	(354.262)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(829)	-
Resultado do Período	**53.756**	**(355.091)**	**-**

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

A BRADESPAR, no 1º trimestre de 2020, registrou receita operacional de R$ 54,7 milhões.

Cumpre destacar que a VALE, no mesmo período, foi afetada por volumes de produção menores, em decorrência da parada da sua planta de Brucutu e de manutenções, programadas e não programadas, impactando as vendas em Minerais Ferrosos, além da baixa nos preços realizados de níquel e cobre e nos volumes de vendas de metais básicos, que foram parcialmente compensados pelo efeito positivo da desvalorização do Real.

Resultado Financeiro

No trimestre, o resultado financeiro da BRADESPAR atingiu o valor positivo de R$ 2,2 milhões, decorrentes de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete o fato de que, com o resgate antecipado total da Terceira Emissão de Notas Promissórias no montante de R$ 2,458 bilhões e a amortização parcial antecipada da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples no montante de R$ 512,7 milhões, ocorrida em exercícios anteriores, a dívida liquida da companhia é, atualmente, praticamente nula.

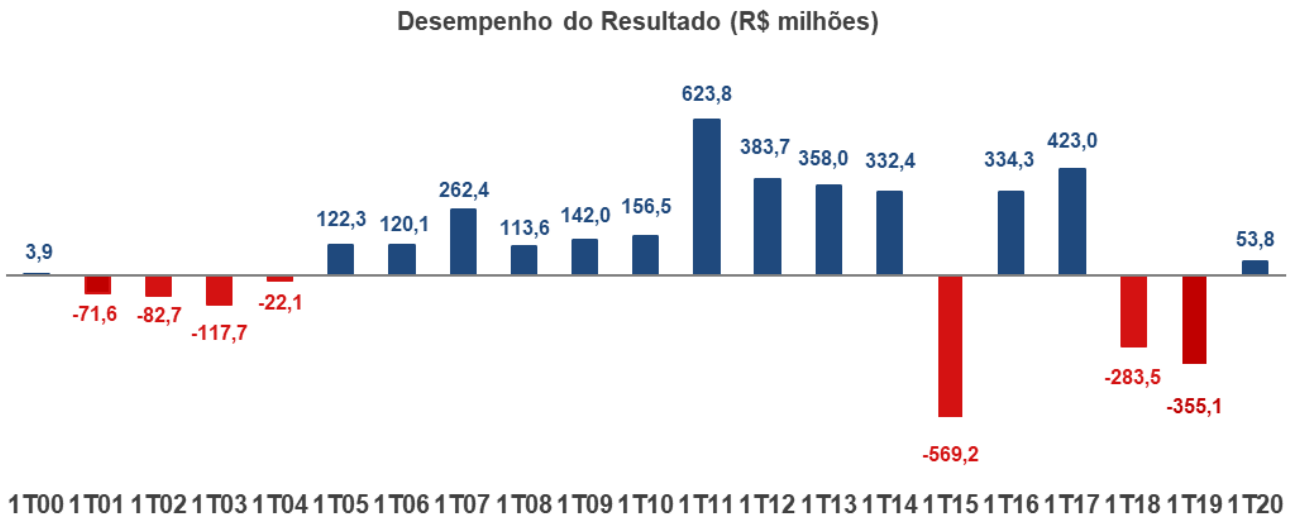
Comentário do Desempenho

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

As despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram, no 1º trimestre de 2020, R$ 3,0 milhões, ante R$ 2,7 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Resultado do Trimestre

No 1º trimestre de 2020, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R$ 53,8 milhões contra um prejuízo de R$ 355,1 milhões registrado no final dos três primeiros meses de 2019, reflexo do resultado apresentado pela VALE naquele período.



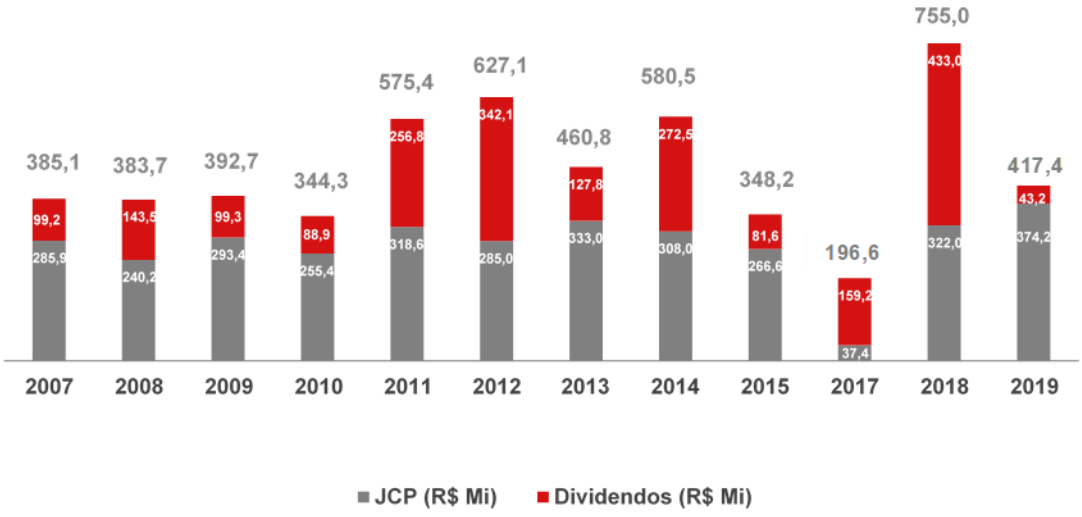
Comentário do Desempenho

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, a BRADESPAR anunciou, em 20 de dezembro de 2019, o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 269,3 milhões, sendo R$ 0,726619662 por ação ordinária e R$ 0,799281628 por ação preferencial, destinado aos acionistas inscritos nos registros da Companhia em 27 de dezembro de 2019.

Informou, ainda, que a data do pagamento será deliberada em momento oportuno, de acordo com o seu fluxo de caixa, e será realizado pelo valor líquido de R$ 0,617626713 por ação ordinária e R$ 0,679389384 por ação preferencial, já deduzido o Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação.

Histórico de pagamento de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos



Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS SOBRE A EMPRESA INVESTIDA

VALE

Empresa privada brasileira, a VALE está presente em cerca de 30 países, sendo uma das maiores mineradoras do mundo na produção de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. A empresa também produz minério de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, cobre, subprodutos de metais do grupo da platina, ouro, prata e cobalto. Opera, ainda, grandes sistemas de logística no Brasil e outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às suas operações.

Relativo à pandemia do COVID-19, cumpre ressaltar que, em geral, a VALE sofreu impacto limitado nas suas operações no 1º trimestre de 2020.

No entanto, três medidas restritivas foram divulgadas, nos negócios:

- Minério de ferro - suspensão temporária das operações no terminal marítimo Teluk Rubiah, na Malásia, sem impacto em produção;

- Metais básicos - redução da operação de mineração em Voisey´s Bay, no Canadá, e sua colocação em *care and maintenance* por até 4 meses; e

- Carvão - postergação dos planos para a manutenção corretiva na planta de processamento em Moçambique.

O impacto do COVID-19 nas operações da VALE poderá ser mais significativo no futuro, principalmente: (a) pelo aumento potencial nos níveis de absenteísmo em seus *sites* de produção, se for necessário intensificar as medidas de segurança para proteger seus empregados, caso haja uma escalada de contágio nas localidades em que opera; (b) pelo adiamento de paradas de manutenção programadas nas plantas de Metais Básicos, devido a restrições de segurança; e (c) em razão de restrições potencialmente mais severas, impostas pelas autoridades para combater a pandemia, que podem restringir seu contingente mínimo de mão-de-obra.

Os principais pontos sobre o desempenho da VALE, no período, foram:

- EBITDA ajustado de US$ 3,0 bilhões;

- Lucro Líquido de US$ 239,0 milhões; e

- Investimentos totais de US$ 1,1 bilhão, consistindo em US$ 145,0 milhões em execução de projetos e US$ 979,0 milhões em manutenção de operações.

Comentário do Desempenho

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no 1º trimestre de 2020, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – não relacionados à auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi concedida pelo Conselho da Administração em 13 de maio de 2020.

As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. (VALE3), Nova York – NYSE (VALE), Paris – NYSE Euronext (VALE3) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A VALE S.A. e suas controladas diretas e indiretas são produtores globais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de março de 2020.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 – “Consolidated Financial tatements” implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

Notas Explicativas

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas seguem os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial na Nota 8a.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

As estimativas contábeis relevantes são as mesmas que foram adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

- A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro descreve o objetivo e os conceitos do relatório financeiro para fins gerais. Dentre as alterações em definições contidas neste documento, destaca-se a nova definição de ativos e passivos, sendo ativo, "um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados" e passivo, uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados". A nova Estrutura Conceitual entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 01 de janeiro de 2020. Foi realizada uma análise sobre a nova Estrutura Conceitual e não foram identificados impactos materiais na Bradespar.

Notas Explicativas

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- IFRS 17 – Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente os contratos. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1° de janeiro de 2023.

6. GESTÃO DE RISCOS

No período, não houve mudança em relação às políticas de gestão de riscos divulgadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.3.2020	31.12.2019	31.3.2020	31.12.2019
Disponibilidades em moeda nacional	111	120	2.245	1.770
Fundos de investimento financeiro (1)	197.373	199.415	197.373	199.415
TOTAL	**197.484**	**199.535**	**199.618**	**201.185**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados aos integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8. INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial da controladora são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajustes Decorrente de Avaliação (1)	
				ON		31.3.2020	31.12.2019	1º Trim/20	1º Trim/19
MILLENNIUM	11.919	2.134	484	-	100,00	2.134	1.650	484	18
VALE (2) (3) (4)	77.300.000	185.307.305	984.380	293.907	5,56	**10.306.259**	**9.343.767**	**54.748**	(357.175)
Total	-	-	-	-	-	**10.308.393**	**9.345.417**	**55.232**	**(357.157)**

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;
(2) As informações referentes a 31 de março de 2020, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR;
(3) A utilização do método de equivalência patrimonial do investimento com influência significativa na VALE S.A., decorre do acordo de acionistas da VALE S.A. que terá vigência até 09 de novembro de 2020. Após essa data, caso a Companhia não mantenha influência significativa na empresa investida, deixará de aplicar o método de equivalência patrimonial, passando a avaliar o investimento como instrumento financeiro; e
(4) Para maiores Informações sobre investimento direto na VALE, ver a Nota 18.

b) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial Consolidado:

Empresa	Total dos Investimentos		Valor de Mercado (2)	
	31.3.2020	31.12.2019	31.3.2020	31.12.2019
VALE	6.044.234	5.989.485	12.702.660	15.665.243
VALE – ajuste reflexo (1)	4.262.025	3.354.282	-	-
Total	**10.306.259**	**9.343.767**	**12.702.660**	**15.665.243**

(1) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, as diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE; e
(2) Valor de mercado da participação da VALE.

Notas Explicativas

9. DEBÊNTURES A PAGAR

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou a sétima emissão pública de 70.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R$ 700.000, com vencimento em 28 de junho de 2021 a contar da data de emissão. Com juros remuneratórios correspondentes a 103,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "*Over* extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3 e disponível na página da CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI-*Over*"), incidentes sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão, ou desde a data de pagamento da remuneração, até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*.

Em 2 de julho de 2018 a BRADESPAR, recebeu o valor de R$ 700.358, decorrente a sétima emissão pública de 70.000 debêntures não conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R$ 10 mil, emitidas em 28 de junho de 2018. Os recursos obtidos, tiveram por finalidade a quitação integral relativa às debêntures da série única da sexta emissão.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR informou aos titulares de debêntures de sua sétima emissão, a realização da amortização antecipada extraordinária de 70% (setenta por cento), do valor nominal unitário das debêntures, conforme prerrogativa contratual que permite a amortização antecipada, limitada a 90% do valor nominal unitário ou do saldo do valor nominal unitário das debêntures, título de remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento no montante de R$ 512.734.

Não foi identificado nenhum evento de não conformidade em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, que gerasse o vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de março de 2020, o saldo atualizado de debêntures a pagar correspondia a R$ 225.395 (31 de dezembro de 2019 – R$ 223.017).

10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos, contabilmente, ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R$ 12.198 (31 de dezembro de 2019 – R$ 12.159): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e

- Programa de Integração Social ("PIS") – R$ 2.643 (31 de dezembro de 2019 – R$ 2.634): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

Notas Explicativas

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões fiscais

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO), em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN. Em 31 de março de 2020, o valor atualizado correspondia a R$ 6.943 (31 de dezembro de 2019 – R$ 6.901).

O saldo de depósitos judiciais, em 31 de março de 2020, no montante de R$ 7.858 (31 de dezembro de 2019 – R$ 7.805) está relacionado à COFINS, que deverá ser restituído pela Receita Federal do Brasil (RFB), relativo ao processo acima mencionado.

II) Movimentação das provisões fiscais:

	Controladora e Consolidado	
	1º Trim/20	1º Trim/19
Saldo no início do período	**6.901**	**6.665**
Atualização monetária	42	62
Saldo no final do período	**6.943**	**6.727**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

Notas Explicativas

Os processos classificados como possíveis são:

I) A ANTARES, incorporada pela BRADESPAR, é parte em um processo junto à RFB, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo, em 31 de março de 2020, correspondia a R$ 282.095 (31 de dezembro de 2019 – R$ 280.709), sendo R$ 207.773 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2019 – R$ 206.752) e R$ 74.322 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2019 – R$ 73.957).

II) A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. ("Litel"), que tramita em segredo de justiça sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001 perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel busca a condenação da Bradespar ao pagamento do valor de R$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elétron S.A. ("Elétron"), em acordo celebrado nos autos de ação de cumprimento de sentença arbitral, convertida em perdas e danos, movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alega suposto descumprimento do Contrato de Indenização, celebrado entre as partes em 05 de janeiro de 2001.

A Bradespar não concorda com o pleito da Litel pelas razões expostas na contestação apresentada em 8 de março de 2019. Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção buscando compelir a Litel a lhe reembolsar o valor de R$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização.

Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R$ 470 milhões. As partes opuseram recurso de embargos de declaração, pendentes de apreciação pelo juiz.

A Administração e o Escritório Sérgio Bermudes, que representa a Bradespar na ação, mantêm como possível a probabilidade de perda da Bradespar.

d) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.3.2020	31.12.2019
Ordinárias	122.171.449	122.171.449
Preferenciais	225.862.596	225.862.596
Total em circulação	**348.034.045**	**348.034.045**

Notas Explicativas

b) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em comunicado divulgado ao mercado em 20 de dezembro de 2019, a BRADESPAR, tendo revisto os fluxos de geração de caixa e distribuição de resultado de sua investida e com a Política Indicativa de Remuneração Anual, deliberou juros sobre capital próprio, no montante de R$ 269.300, sendo 0,726619662 por ação ordinária e 0,799281628 por ação preferencial, que serão pagos em momento oportuno de acordo com o seu fluxo de caixa livre.

c) Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 14 de agosto de 2019, deliberou-se renovar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. Visando à aplicação de recursos existentes em "Reservas de Lucros – Estatutária", disponíveis para investimentos, concedeu autorização à Diretoria da Companhia para adquirir, no período de 15 de agosto de 2019 a 15 de fevereiro de 2021, até 10.870.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade acima mencionado.

12. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	1º Trim/20	1º Trim/19	1º Trim/20	1º Trim/19
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	1.939	6.036	1.944	6.044
Juros sobre impostos a recuperar	2.100	3.580	2.100	3.580
Outras	89	83	568	93
	4.128	**9.699**	**4.612**	**9.717**
Despesas Financeiras				
Despesas com juros de debêntures	(2.355)	(3.305)	(2.355)	(3.035)
Outras	(67)	(334)	(67)	(334)
	(2.422)	**(3.639)**	**(2.422)**	**(3.639)**
Resultado Financeiro Líquido	**1.706**	**6.060**	**2.190**	**6.078**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R$ 163.389 (31 de dezembro de 2019 - R$ 198.935), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

Notas Explicativas

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	1º Trim/20	1º Trim/19	1º Trim/20	1º Trim/19
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	**53.756**	**(354.262)**	**53.756**	**(354.262)**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(18.277)	120.449	(18.277)	120.449
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	18.779	(121.433)	18.614	(121.440)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(363)	(27)	(198)	(20)
Outros	(139)	182	(139)	182
Imposto de renda e contribuição social do período	**-**	**(829)**	**-**	**(829)**

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de março de 2020, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R$ 321.548 (31 de dezembro de 2019 – R$ 321.433).

14. PARTES RELACIONADAS

I) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

a) Controladora e Consolidado

	Investimento com influência significativa (1)	
	31.3.2020	31.12.2019
Ativo Circulante		
Juros sobre capital próprio a receber	353.338	353.338
Receita		
Receita de juros sobre capital próprio	-	415.692

(1) VALE S.A.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

  Para 2020, foi determinado o valor máximo de R$ 9.480 para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Companhia e R$ 5.100 para custear planos de previdência privada.

Notas Explicativas

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	1º Trim/20	1º Trim/19
Remuneração e Contribuição. Previdenciária para o INSS	866	546
Total	**866**	**546**

Benefícios pós-emprego

	1º Trim/20	1º Trim/19
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.149	828
Total	**1.149**	**828**

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	31.3.2020	31.12.2019
• Ações ordinárias	0,3807%	0,3807%
• Ações preferenciais	0,5577%	0,5473%
• Total de Ações	**0,4917%**	**0,4888%**

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) A classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

I) Ativos Financeiros na Controladora, referem-se à Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R$ 197.484 (31 de dezembro de 2019 – R$ 199.535) e no Consolidado no montante de R$ 199.618 (31 de dezembro de 2019 – R$ 201.185); e

II) Passivos Financeiros – Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, referem-se à Debêntures a Pagar no montante de R$ 225.395 (31 de dezembro de 2019 – R$ 223.017) e Outras Obrigações no montante de R$ 25.372 (31 de dezembro de 2019 – R$ 25.468) Nota 17 c.

b) Fluxo de caixa não descontado para passivos financeiros

O fluxo de caixa contratual a pagar não descontado dos passivos financeiros não derivativos, refere-se à Debêntures a Pagar, no montante de R$ 235.968 (31 de dezembro de 2019 – R$ 238.250), com vencimento em 28 de junho de 2021.

Os fluxos de caixa são estimativas preparadas pela Companhia e podem variar em relação a essa análise devido às oscilações no indexador ao qual está atrelado.

Notas Explicativas

c) Análise de sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		31 de março de 2020			31 de dezembro de 2019		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(1)	(79)	(156)	(1)	(90)	(178)
Total sem Correlação		**(1)**	**(79)**	**(156)**	**(1)**	**(90)**	**(178)**
Total com Correlação		**(1)**	**(79)**	**(156)**	**(1)**	**(90)**	**(178)**

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 3,55% foi aplicado um cenário de 3,56%a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 3,55% foi utilizado um cenário de 4,44% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 3,55% foi utilizado um cenário de 5,32% a.a.

16. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se significativamente de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

I) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado na Controladora e no Consolidado, referem-se à Debêntures a Pagar, e o seu valor justo estimado pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros são aproximados ao custo amortizado.

II) A Companhia não possui ativos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3 e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1 e 3.

Notas Explicativas

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019;

b) Intangível em 31 de março de 2020, na Controladora e Consolidado, no montante de R$ 941 (31 de dezembro de 2019 – R$ 967), refere-se ao contrato de aluguel de imóveis;

c) Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R$ 27.875 (31 de dezembro de 2019 – R$ 28.848) referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;

d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R$ 2.241 (1º trimestre de 2019 – R$ 1.514) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R$ 751 (1º trimestre de 2019 – R$ 1.161); e

e) A Bradespar é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em razão da pandemia. Contudo em razão da propagação do Covid-19, podem ocorrer alterações futuras, impossibilitando atualmente prever todos os impactos, os quais podem acarretar alterações dos valores justos dos ativos e passivos, na sua investida, em períodos subsequentes. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O INVESTIMENTO COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

I) Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL - R$ Milhões	**31.3.2020**	**31.12.2019**
ATIVO		
Circulante	103.682	68.698
Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo	85.231	67.705
Investimentos	11.299	11.278
Imobilizado	203.641	187.733
Intangível	35.852	34.257
TOTAL	**439.705**	**369.671**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	60.186	55.806
Não Circulante	206.623	156.716
Patrimônio Líquido	172.896	157.149
TOTAL	**439.705**	**369.671**
Participação Direta	**5,56%**	**5,56%**

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R$ Milhões		
	1º Trim/20	**1º Trim/19**
Receita de vendas, líquida	31.251	30.952
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(19.215)	(17.750)
Lucro Bruto	**12.036**	**13.202**
Despesas operacionais	(3.248)	(19.916)
Resultado Financeiro	(10.486)	(2.590)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(767)	314
Prejuízo antes dos Tributos sobre o Lucro	**(2.465)**	**(8.990)**
Tributos sobre o lucro	**3.102**	**2.444**
Resultado das Operações Continuadas	**637**	**(6.546)**
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	**(347)**	**(124)**
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da VALE	**984**	**(6.422)**

II) Outras Informações

a) Contingências relacionadas ao acidente da Samarco

(i) Ação civil pública movida pelo Governo Federal e outros e ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal ("MPF")

Em 2016, a União Federal, os estados de Espírito Santo e Minas Gerais e outras autoridades governamentais iniciaram uma ação civil pública contra a Samarco e seus acionistas, cujo valor indicado pelos autores é de R$20,2 bilhões. No mesmo ano, o MPF ajuizou ação civil pública contra a Samarco e seus acionistas, por meio da qual apresenta diversos pedidos, incluindo: (i) a adoção de medidas voltadas à mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem, bem como outras medidas emergenciais; (ii) pagamento de indenização à comunidade; e (iii) pagamento de dano moral coletivo. O valor da causa indicado pelo MPF é de R$155 bilhões.

Em junho de 2018, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta entre as partes, que extinguiu (i) a ação civil pública de R$20,2 bilhões movida pelo Governo Federal e outros; e (ii) parte dos pedidos constantes na ação civil pública de R$155 bilhões movida pelo MPF. O acordo também estabelece uma eventual repactuação dos programas de reparação da Fundação Renova após a conclusão dos trabalhos dos especialistas contratados para assessorar o Ministério Público nesse processo. Essas negociações estão previstas para o ano de 2020.

Em setembro de 2019, o Juízo competente homologou a lista das entidades que prestarão assessoria técnica às comunidades atingidas como forma de garantir a sua participação no processo de debate das medidas a serem adotadas para a mitigação dos impactos, conforme previsto no referido Termo de Ajustamento de Conduta.

Em janeiro de 2020, o Juízo competente determinou a expedição de ofício à Agência Nacional de Mineração ("ANM") para ratificar decisão liminar proferida nos autos da ação civil pública movida pelo Governo Federal e outros, determinando o imediato levantamento dos gravames sobre as concessões de lavra detidas pela VALE.

Notas Explicativas

Em janeiro de 2020, foram também instaurados 10 procedimentos específicos para a resolução das controvérsias e temas pendentes dos acordos celebrados entre as partes (TTAC e TacGov), conforme temas prioritários (Eixos Prioritários), a saber: Eixo 1 – Recuperação Ambiental Extra e Intra Calha; Eixo 2 - Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico; Eixo 3 - Reassentamento das Comunidades Atingidas; Eixo 4 - Infraestrutura e Desenvolvimento; Eixo 5 - Retorno Operacional da Uhe Risoleta Neves; Eixo 6 - Medição de Performance e Acompanhamento; Eixo 7 - Cadastro; Eixo 8 - Retomada das Atividades Econômicas; Eixo 9 - Abastecimento de Água para Consumo Humano; e Eixo 10 - Contratação das Assessorias Técnicas. O Juízo competente vem, desde então, estabelecendo obrigações específicas em cada um dos Eixos para as autoridades públicas, a Fundação Renova e as empresas VALE, Samarco e BHP, com o objetivo de superar os pontos pendentes e controvertidos de cada tema.

(ii) Ações Coletivas nos Estados Unidos da América

Em março de 2017, os detentores de títulos emitidos pela Samarco Mineração S.A. entraram com uma ação coletiva no Tribunal Federal de Nova York contra a Samarco Mineração S.A., a VALE S.A., a BHP Billiton Limited, a BHP Billiton PLC e a BHP Brasil Ltda. Com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários. Os autores alegam que a VALE S.A. (e demais réus) fez declarações falsas e enganosas ou não divulgou informações sobre os riscos e perigos das operações da barragem de Fundão da Samarco e a adequação de programas e procedimentos relacionados.

Em junho de 2019, foi proferida decisão pelo Juízo acolhendo a defesa preliminar apresentada pelas empresas rés e julgou improcedente a ação. Em dezembro de 2019, os autores formalizaram ao Tribunal de Apelações de Nova Iorque que iriam recorrer da decisão. Em 10 de março de 2020, o autor interpôs suas razões de apelação. Em 20 de março de 2020, apresentamos, em conjunto com os demais réus, petição à Corte de Apelações requerendo que fosse fixado o dia 8 de junho de 2020 como termo final do prazo para apresentação conjunta das contrarrazões de apelação, o que foi acolhido pelo Tribunal, que fixou essa data como prazo final para resposta ao recurso de apelação. Os consultores legais da VALE avaliam que as rés têm bons argumentos para impugnação ao recurso interposto pelos Autores.

(iii) Ações coletivas movidas pelos detentores de American Depositary Receipts

A VALE S.A. e alguns de seus executivos foram indicados como réus em ações coletivas relativas a valores mobiliários perante o Tribunal Federal de Nova York, movidas por investidores detentores de American *Depositary Receipts* (“ADR”) de emissão da VALE S.A., com base na legislação federal americana sobre valores mobiliários (U.S. Federal *Securities laws*). Os processos judiciais alegam que a VALE S.A. fez declarações falsas e enganosas ou deixou de fazer divulgações sobre os riscos e perigos das operações da barragem de Fundão da Samarco e a adequação de programas e procedimentos relacionados. Os autores não especificaram os valores dos prejuízos alegados ou das supostas indenizações pleiteadas nessas ações.

Em 23 de março de 2017, o juiz proferiu decisão julgando extinta uma parte significativa dos pedidos contra a VALE S.A. e os réus indivíduos, e determinando o prosseguimento da ação com relação a pedidos mais limitados. Os pedidos que não foram extintos se referem a certas declarações contidas nos relatórios de sustentabilidade da VALE S.A. em 2013 e 2014 sobre procedimentos, políticas e planos de mitigação de riscos, e certas declarações feitas em uma conferência telefônica, em novembro de 2015, a respeito da responsabilidade da VALE S.A. pelo rompimento da barragem de Fundão.

Notas Explicativas

A fase de instrução probatória ("Discovery") foi concluída em outubro de 2019. No dia 27 de setembro de 2019, o Tribunal rejeitou a certificação da classe pelos autores. Em 26 de dezembro de 2019, o Tribunal proferiu uma decisão afirmando que as Partes haviam chegado a um princípio de acordo. O Tribunal determinou às partes que apresentassem uma proposta de acordo até o dia 07 de fevereiro de 2020. Nessa data, as partes apresentaram uma proposta de acordo, por meio do qual os réus concordaram em pagar o valor de R$130 milhões (US$25 milhões) para encerramento do caso. Em 22 de fevereiro de 2020, o Tribunal acolheu a proposta apresentada pelas partes, aprovando preliminarmente o acordo e determinou a realização de uma audiência pública para 10 de junho de 2020 para discussão dos termos e aprovação final do acordo.

(iv) Denúncia criminal

Em 2016, a Samarco e seus acionistas, VogBr Recursos Hídricos e Geotecnia Ltda. e 22 pessoas físicas foram denunciadas criminalmente pelo MPF devido às consequências relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão. Atualmente, o andamento da ação penal encontra-se paralisado em razão do julgamento de Habeas Corpus, ainda sem decisão.

Em 23 de abril de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1") concedeu uma ordem de Habeas Corpus de modo a retirar as acusações de homicídio e lesões corporais cometidas por dolo eventual de um dos acusados na ação criminal. Na mesma ocasião, o Tribunal estendeu a concessão da ordem a todos os acusados na ação, posto que a informação criminal não descreve os crimes de homicídio e lesão corporal, mas descreve o crime de inundação qualificada pelo resultado da morte e lesão corporal como consequência do rompimento da barragem de Fundão. Portanto, o Tribunal retirou as acusações de homicídio e lesões corporais de todos os acusados.

O juízo de Ponte Nova/MG, ciente das decisões do TRF1, alterou o rito processual, retirando o caso do júri e o reclassificando como rito comum ordinário. Na mesma oportunidade, o juiz proferiu despacho para determinar às partes que se manifestassem sobre a alteração processual e, vindo aos autos as manifestações tanto do Ministério Público, quanto das defesas, o juízo de Ponte Nova/MG rejeitou a denúncia em relação a todos os executivos da VALE e da BHP, remanescendo apenas as duas pessoas jurídicas no polo passivo, junto da Samarco e seus representantes. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação a supostos crimes praticados contra a Administração Pública Ambiental pela VALE e um de seus executivos. Adicionalmente, determinou-se a expedição de cartas precatórias para inquirição das testemunhas de defesa e foi concedido o prazo de 60 dias para que as defesas apresentem rol de perguntas para instruir a cooperação jurídica internacional para oitiva das testemunhas de acusação residentes no Canadá.

Em março de 2020, o juízo de Ponte Nova designou audiências para os meses de abril e maio de 2020, com o objetivo de ouvir as testemunhas de defesa que podem se deslocar até lá, mas em decorrência da epidemia de coronavírus, todas as audiências de abril foram canceladas no país por determinação expressa do Conselho Nacional de Justiça. No momento, aguarda-se a confirmação quanto a realização das próximas audiências previamente agendadas.

(v) Processos tributários

Em 2018, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) ajuizou medida judicial para garantia de supostos débitos tributários federais e previdenciários, relacionados à Samarco. Em maio de 2019, foi proferida sentença favorável que determinou a extinção do processo, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual. A PGFN interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual aguarda julgamento.

Notas Explicativas

b) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos ("Barragem I") rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da VALE, afetando as comunidades locais e causando impacto no meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho ("evento") resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas.

A VALE vem adotando as ações necessárias para o amparo das vítimas e a mitigação e reparação dos danos sociais e ambientais, decorrentes do rompimento da barragem. Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019, a VALE reconheceu no resultado R$708 milhões e R$17.315 bilhões, respectivamente, para atender aos compromissos assumidos pela VALE, incluindo a descaracterização de barragens, indenizações e doações concedidas aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas afetadas e compensação à sociedade.

Descaracterização das barragens

Em 29 de janeiro de 2019, a VALE informou ao mercado e às autoridades brasileiras a decisão de acelerar o plano de descaracterização de todas as suas barragens de rejeitos construídas pelo método de alteamento a montante (o mesmo método da Barragem de Brumadinho) localizadas no Brasil. A VALE elaborou projetos de engenharia para a descaracterização destas estruturas e registrou uma provisão referente aos custos totais esperados para realizar todos os projetos, que incluem estruturas a montante, certas estruturas denominadas "centro de linha" e diques de contenção.

Provisão para compensação e acordos

A VALE vem trabalhando junto às autoridades competentes e com a sociedade para reparar os impactos ambientais e sociais decorrentes do evento. Nesse sentido, a VALE realizou negociações e celebrou acordos com as autoridades competentes, bem como com as pessoas afetadas pelo evento. A VALE também está desenvolvendo estudos e projetos para a recuperação da vegetação e para assegurar a segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos, principalmente ao longo do rio Paraopeba. Adicionalmente, a VALE conta com estruturas dedicadas para o tratamento dos animais resgatados, possibilitando o atendimento emergencial e recuperação.

O montante total dessa provisão pode variar em decorrência do estágio preliminar das negociações em andamento, prazos e escopo dos programas, que estão sujeitos à aprovação e consentimento das autoridades competentes.

Em 22 de abril de 2020 (evento subsequente), foi homologado um acordo entre a VALE e as entidades sindicais, para indenizar os trabalhadores sobreviventes e lotados na mina do Feijão e Jangada na data do evento. O acordo estabelece o pagamento de indenizações a título de danos materiais e morais, assim como assistência psicológica e psiquiátrica aos sobreviventes até janeiro de 2022. A provisão para compensação social considera o montante estimado para cumprir com esta obrigação, portanto, o valor referente a este acordo já está provisionado em 31 de março de 2020.

Além disso, a VALE está em negociação com o Governo do Estado de Minas Gerais ("GEMG") e outras autoridades competentes para um acordo adicional de indenização por danos coletivos e compensação para a sociedade e o meio ambiente. O objetivo da VALE com um potencial acordo é proporcionar um acordo estável para a execução das reparações e compensações, com a suspensão dos processos civis existentes.

Notas Explicativas

O acordo potencial ainda é muito incerto e está sujeito à conclusão das negociações em andamento e à aprovação pela VALE, Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério Público e por outras Autoridades e Partes Intervenientes.

Portanto, as provisões registradas nas demonstrações financeiras intermediárias não incluem o resultado potencial da negociação em andamento, pois ainda não é possível estimar com segurança o valor ou se as negociações em curso serão bem-sucedidas. A estimativa do impacto econômico do potencial acordo dependerá do (i) acordo sobre a lista final de projetos de reparação e compensação, (ii) uma avaliação detalhada das estimativas dos valores a serem gastos nos projetos de reparação e compensação em discussão, (iii) uma análise do escopo detalhado de tais projetos para determinar sua correspondência com as iniciativas e montantes já provisionados; e (iv) o momento da execução dos projetos e desembolsos, que impactarão o valor presente das obrigações.

Com base nos termos atuais em discussão e em estimativas preliminares, sujeitas às incertezas listadas acima, o possível acordo pode resultar em uma provisão adicional variando de R$4 bilhões a R$8 bilhões. Todos os impactos contábeis, se houver, serão registrados no período em que um acordo for celebrado.

Despesas incorridas

A VALE incorreu em gastos que não se qualificam para o reconhecimento de provisão e, portanto, os montantes de R$708 milhões e R$392 milhões foram reconhecidos diretamente no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente. Estes gastos referem-se a serviços de comunicação, acomodação e assistência humanitária, equipamentos, serviços jurídicos, água, ajuda alimentícia, impostos, entre outros.

Paradas de operação

A VALE possui algumas operações paralisadas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela VALE em suas estruturas de barragens a montante. A VALE reconheceu R$722 milhões e R$605 milhões como perda no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente, relacionada à parada de operação e capacidade ociosa do segmento de minerais ferrosos.
A VALE está trabalhando em medidas técnicas e legais para a retomada da capacidade total das operações paralisadas.

Baixa de ativos

Como resultado do evento e em conjunto com a decisão de aceleração do plano de descaracterização das barragens a montante, a VALE reconheceu uma perda de R$585 milhões como “Redução ao valor recuperável e baixa de ativos não circulante” no período findo em 31 de março de 2019, referente à baixa dos ativos da mina Córrego do Feijão e os relacionados às demais barragens a montante no Brasil. Em 2020, a VALE não reconheceu baixas de ativos relacionadas ao evento de Brumadinho.

Contingências e outras questões legais

A VALE está sujeita a contingências significativas em razão do rompimento da Barragem de Brumadinho. A VALE é parte em diversas investigações e processos judiciais e administrativos movidos por autoridades e pessoas afetadas. A VALE está avaliando essas contingências e poderá realizar provisões, com base na evolução desses processos.

Notas Explicativas

Em função desses processos, cerca de R$6.572 bilhões de ativos da VALE estão bloqueados em 31 de março de 2020, sendo que deste montante cerca de R$508 foram bloqueados nas contas bancárias da VALE e R$6.064 bilhões foram convertidos em depósitos judiciais.

Em 1 de abril de 2020 (evento subsequente), o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, liberou R$500 milhões das contas bancárias bloqueadas da VALE para serem utilizadas em ações contra o surto de COVID-19.

Para o evento de Brumadinho, a VALE dispõe de garantias adicionais no montante de R$5.677 bilhões em 31 de março de 2020. O custo relacionado a estas garantias adicionais foi de R$10 milhões e está registrada como despesa financeira na demonstração do resultado da VALE do período findo em 31 de março de 2020.

(i) Sanções administrativas

A VALE foi notificada da imposição de multas administrativas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), no montante de R$250 milhões, que a VALE espera liquidar através de projetos ambientais. Além disso, a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA de Brumadinho, impôs multas administrativas no montante total de R$108 milhões. Ambos os valores estão registrados em 31 de março de 2020.

(ii) Ações coletivas nos Estados Unidos

A VALE e alguns de seus atuais e ex-executivos foram indicados como réus em Reclamações para potenciais ações coletivas perante Tribunais Federais de Nova York, ajuizada por detentores de valores mobiliários - *American Depositary* Receipts ("ADRs") – de emissão da VALE, com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários. As Reclamações foram consolidadas por meio de uma única Reclamação ("*amended complaint*") ajuizada pelo Autor principal ("Autor" ou "*Lead Plaintiff*") em 25 de outubro de 2019 perante o Tribunal do *Eastern District* em Nova York.

O Autor alega que a VALE teria feito declarações falsas e enganosas ou deixado de fazer divulgações relativas aos riscos de um rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão e sobre a adequação de seus programas e procedimentos. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nessa demanda. Em 13 de dezembro de 2019, a VALE apresentou a defesa preliminar ("*motion to dismiss*") à Reclamação consolidada e, em janeiro de 2020, o Autor apresentou impugnação a esta defesa preliminar. Em 21 de fevereiro de 2020, a VALE apresentou réplica à impugnação ofertada pelo Autor. Em março de 2020, o autor principal solicitou o início da produção antecipada de provas ("*partial discovery*"), em razão da qual a VALE apresentou uma oposição em 20 de março de 2020. O juiz ainda não emitiu uma decisão até o momento.

A VALE pretende defender-se desse processo e preparar uma defesa completa contra todas as alegações. Com base na avaliação dos consultores jurídicos da VALE e dado o estágio muito preliminar, a expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, em vista da fase inicial da potencial ação coletiva acima mencionada, não é possível, no momento, estimar com confiabilidade o potencial montante envolvido.

Notas Explicativas

Seguros

A VALE está negociando com as seguradoras com base nas suas apólices de seguro de risco operacional, responsabilidade civil, mas essas negociações ainda estão em um estágio inicial. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização para a VALE foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias da VALE.

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, no site www.cvm.gov.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: BRADESPAR S.A.					**Posição em 31/03/2020 (Em [Unidades] Ações)**	
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	44.883.224	36,7379	301.410	0,1334	45.184.634	12,9828
NCF Participações S.A.	30.388.376	24,8735	2.235.627	0,9898	32.624.003	9,3738
Fundação Bradesco	18.179.304	14,8802	-	-	18.179.304	5,2234
BlackRock, Inc. (Fundos)	-	-	11.614.474	5,1423	11.614.474	3,3372
Aberdeen (Fundos)	-	-	11.605.128	5,1381	11.605.128	3,3345
Fundo de Investimento Geração Futuro LPAR	-	-	13.069.600	5,7865	13.069.600	3,7553
BTG Pactual	77.000	0,0630	15.910.250	7,0442	15.987.250	4,5936
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Demais Acionistas	28.643.545	23,4454	171.126.107	75,7656	199.769.652	57,3995
Total	**122.171.449**	**100,00**	**225.862.596**	**100,00**	**348.034.045**	**100,00**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					**Posição em 31/03/2020 (Em [Unidades] Ações)**	
	Ações Ords. / Cotas		**Ações Prefs. / Cotas**		**Total**	
Acionista / Cotista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Nova Cidade de Deus Particip. S.A	3.755.570.513	47,8907	-	-	3.755.570.513	47,8907
Fundação Bradesco	2.776.765.252	35,4091	-	-	2.776.765.252	35,4091
Maria Ângela Aguiar	411.197.692	5,2436	-	-	411.197.692	5,2436
Outros	898.426.067	11,4567	-	-	898.426.067	11,4567
Total	**7.841.959.524**	**100,00**	-	-	**7.841.959.524**	**100,00**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					**Posição em 31/03/2020 (Em [Unidades] Ações)**	
	Ações Ords. / Cotas		**Ações Prefs. / Cotas**		**Total**	
Acionista / Cotista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Fundação Bradesco	163.332.621	46,3016	373.794.914	100,00	537.127.535	73,9282
BBD Participações S.A.	189.425.112	53,6984	-	-	189.425.112	26,0718
Total	**352.757.733**	**100,00**	**373.794.914**	**100,00**	**726.552.647**	**100,00**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NCF PARTICIPAÇÕES S.A.					**Posição em 31/03/2020 (Em [Unidades] Ações)**	
	Ações Ords. / Cotas		**Ações Prefs. / Cotas**		**Total**	
Acionista / Cotista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Fundação Bradesco	423.598.233	25,1288	1.502.370.308	100,00	1.925.968.541	60,4116
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	1.259.587.222	74,7216	-	-	1.259.587.222	39,5093
Nova Cidade de Deus Particip. S.A.	2.521.897	0,1496	-	-	2.521.897	0,0791
Total	**1.685.707.352**	**100,00**	**1.502.370.308**	**100,00**	**3.188.077.660**	**100,00**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 31/03/2020 (Em [Unidades] Ações)	
	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
Acionista / Cotista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
NCD Participações Ltda	-	-	74.784.306	49,3801	74.784.306	24,1960
Tesouraria	59.966.105	38,0421	19.279.814	12,7305	79.245.919	25,6395
Luiz Carlos Trabuco Cappi	9.969.843	6,3248	261.896	0,1729	10.231.739	3,3104
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	9.650.402	6,1222	234.878	0,1551	9.885.280	3,1983
Milton Matsumoto	9.333.943	5,9214	234.830	0,1551	9.568.773	3,0959
Outros	68.710.484	43,5895	56.650.409	37,4063	125.360.893	40,5598
Total	**157.630.777**	**100,00**	**151.446.133**	**100,00**	**309.076.910**	**100,00**

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES EADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/03/2020						
Acionista	**Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)**	**%**	**Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)**	**%**	**Quantidade Total de Ações (Em Unidades)**	**%**
Controlador	95.125.912	77,8626	2.537.037	1,1233	97.662.949	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	465.120	0,3807	1.246.105	0,5517	1.711.225	0,4917
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	26.580.417	21,7567	222.079.454	98,3250	248.659.871	71,4470
Total	**122.171.449**	**100,00**	**225.862.596**	**100,00**	**348.034.045**	**100,00**
Ações em Circulação	26.580.417	21,7567	222.079.454	98,3250	248.659.871	71,4470

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES EADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 29/03/2019 (12 meses atrás)						
Acionista	**Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)**	**%**	**Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)**	**%**	**Quantidade Total de Ações (Em Unidades)**	**%**
Controlador	95.125.912	77,8626	2.537.037	1,1233	97.662.949	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	565.120	0,4626	1.216.958	0,5388	1.782.078	0,5120
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	26.480.417	21,6748	222.108.601	98,3379	248.589.018	71,4266
Total	**122.171.449**	**100,00**	**225.862.596**	**100,00**	**348.034.045**	**100,00**
Ações em Circulação	26.480.417	21,6748	222.108.601	98,3379	248.589.018	71,4266

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Bradespar S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Bradespar S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Rompimento da Barragem de Brumadinho na investida, Vale S.A.

Chamamos a atenção para a Nota 18 II (b) às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que descreve as ações tomadas pela investida, Vale S.A., e os impactos nas informações contábeis na investida, relacionados com o rompimento da Barragem de Brumadinho. Conforme divulgado pela administração da investida, a Vale S.A. incorreu em custos e reconheceu provisões com base nas suas melhores estimativas e premissas. Em decorrência da natureza e das incertezas inerentes a esse tipo de evento, os valores reconhecidos e/ou divulgados pela investida deverão ser revistos e poderão vir a ser ajustados de forma significativa em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias sejam conhecidos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos

Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame dos Comentários da Administração sobre o desempenho da Sociedade e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao primeiro trimestre de 2020, à vista do Relatório de Revisão elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as mencionadas Demonstrações Contábeis, apresentado sem ressalvas, e são de opinião de que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação societária vigente, foram elaboradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade.

Osasco, SP, 13 de maio de 2020

Membros do Conselho Fiscal

- Ariovaldo Pereira
- Domenica Eisenstein Noronha
- João Batista de Moraes
- João Carlos de Oliveira
- Wilfredo João Vicente Gomes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fernando Jorge Buso Gomes, declaro que:

1. Com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância; e

2. Revisei o relatório das Demonstrações Contábeis da Bradespar relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 13 de maio de 2020.

Fernando Jorge Buso Gomes

Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor

Eu, Johan Albino Ribeiro, declaro que:

1. Com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância; e

2. Revisei o relatório das Demonstrações Contábeis da Bradespar relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 13 de maio de 2020.

Johan Albino Ribeiro

Diretor